

Os Livros de Batismo e a Arte de Burlar a Legislação de Proibição do Tráfico Internacional de Escravizados: uma Análise da Documentação Batismal Dentro de um Projeto de História Digital

The Baptismal Books and the Art of Circumventing the Legislation Prohibiting the International Slave Trade: an Analysis of the Baptismal Documentation within a Digital History Project

ERIKA MELEK DELGADO¹

King's College London, Reino Unido.

TELMA GONÇALVES SANTOS²

York University, Toronto, Canadá.

NINA MARIA DE MEIRA BORBA³

York University, Toronto, Canadá.

RESUMO: Este artigo objetiva questionar as razões pelas quais um número significativo de africanos escravizados teve seus batismos registrados na Igreja de Santo Amaro de Ipitanga, apesar de viverem em Salvador, muitas léguas de distância da dita Matriz. A hipótese aberta é de que, após o alvará de 1831 (que proibia o tráfico internacional de escravos), senhores de engenho na região de Brotas começaram a batizar seus escravizados em capelas privadas e registrá-los em locais distantes, como a Igreja de Santo Amaro de Ipitanga. Tais atos eram uma estratégia para contornar as leis brasileiras de proibição do tráfico internacional de escravizados. Para a análise de vasta documentação que aborda um período de cem anos, pré e pós-proibição do tráfico, utilizamos os dados pessoais de africanos que constam no banco de dados do projeto *Freedom Narratives*. A análise de trajetórias pessoais e movimentação espacial foi feita a partir de um exame comparativo possível por meio da metodologia criada pelo projeto para analisar o que se compreende como *Big Data*.

1 Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9613-4729>.

2 Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-9895-1909>.

3 Orcid: <http://orcid.org/0000-0001-9922-604X>.

PALAVRAS-CHAVE: Batismo; escravidão; abolição; história da África; história digital.

ABSTRACT: This article aims to question why a significant number of enslaved Africans had their baptisms registered in the Church of Santo Amaro de Ipitanga, despite living in Salvador, many miles away from the main church. The hypothesis is that after the introduction 1831 law, which prohibited the international slave trade, planters in the region of Brotas began to baptize their enslaved people in private chapels and register them in distant places, such as the Church of Santo Amaro of Ipitanga. Such acts were a strategy to circumvent the Brazilian laws prohibiting the international slave trade. In order to analyse a vast amount of documentation covering a period of one hundred years, pre and post-prohibition of trafficking, we used the personal data of Africans contained in the *Freedom Narratives* database. The analysis of personal trajectories and spatial movement was made through a comparative examination, made possible through the methodology created by the project to analyze what is understood as *Big Data*.

KEYWORDS: Baptism; slavery; abolition; history of Africa; digital history.

SUMÁRIO: 1 Um banco de dados sobre pessoas e o ato do batismo: uma análise dos livros de batismos por meio de um projeto de humanidades digitais; 2 A arte de burlar a legislação portuguesa: resultado da análise do *Big Data*; Referências.

1 UM BANCO DE DADOS SOBRE PESSOAS E O ATO DO BATISMO: UMA ANÁLISE DOS LIVROS DE BATISMOS POR MEIO DE UM PROJETO DE HUMANIDADES DIGITAIS

Livros de batismo constituem importante fonte documental para as pesquisas que se dedicam ao escrutínio da escravidão africana, um dos períodos mais tristes da história do Brasil. Os registros de batismo, junto com os registros de casamento e óbito, são parte dos documentos paroquiais exigidos pelo Concílio de Trento em 1563, institucionalizado pela constituição de Coimbra (MARCÍLIO, 1971, p. 85-86)⁴. Antes de avançarmos na análise desses documentos, é importante ressaltar que na América portuguesa o batismo fazia parte da construção do ser escravizado. Porquanto, segundo a legislação portuguesa da época, todo africano deveria ser batizado tão logo chegasse ao Brasil, nos casos em que não fosse possível batizá-lo ainda em terras africanas, como acontecia de fato em Angola (LARA, 2000, p. 75, 163, 248, 252, 341 e 436)⁵.

4 Maria L. Marcílio relata que, em 1590, tal regulamento também era seguido pelas colônias portuguesas. Compartilham da mesma análise José C. Curto e Raymond R. Gervais. Cf. CURTO, J. C.; GERVAIS, R. R. A dinâmica demográfica de Luanda no contexto do tráfico de escravos do Atlântico Sul, 1781-1844. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 4, p. 85-138, 2002.

5 O trabalho de Sílvia Hunold Lara, *Legislação sobre escravos africanos na América Portuguesa*, é crucial para o entendimento do sistema judicial em relação aos africanos escravizados no Brasil. Em conjunto com as mudanças, as transformações e o desenvolvimento dessas leis através dos anos, e o relacionamento entre a Igreja Católica e o sistema judicial e legislativo em Portugal e no Brasil.

A partir desses registros, é possível tomar conhecimento da data em que o africano foi batizado, o nome cristão que lhe foi atribuído, o nome dos padrinhos, do proprietário ou dos proprietários, o nome do pároco, a classificação atribuída àquele indivíduo – registrada como “nação”, e, em alguns casos, o santo ou a santa para o qual o escravizado havia sido consagrado. Também é possível saber o local em que a cerimônia de batismo teria ocorrido, pois nem sempre a cerimônia se dava na Matriz, podendo acontecer em alguma de suas filiais. Por fim, também era registrado o local onde o senhor de escravo vivia, bem como seus cativos e padrinhos. Esses registros paroquiais, que constam no arquivo da Arquidiocese de São Salvador da Bahia, foram digitalizados pela igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias e disponibilizados ao público no portal <https://www.familysearch.org/>, mantido pela mesma instituição⁶. Utilizamos esse repositório digital para identificar os livros de batismo que interessam ao projeto *Freedom Narratives* (FN). A partir da leitura dos ditos livros, selecionamos os fólios em que constam africanos e africanas para que suas histórias de vida sejam inseridas no banco de dados do projeto *Freedom Narratives*, possibilitando a criação de uma análise comparativa das trajetórias durante o período em que vigorou a escravidão africana no Brasil⁷. Ao longo do trabalho de leitura, análise e tratamento de diversos livros de Batismo de igrejas localizadas em Salvador e região metropolitana, um livro, em específico, nos chamou a atenção: Livro de Assentos de batizados que se fizeram na Igreja de Santo Amaro de Ipitanga (1830-1844). Porquanto, observamos uma prática pouco usual na dinâmica de batismo dos cativos recém-chegados da África: o registro no livro de batismo da Igreja de Santo Amaro de Ipitanga (localizada atualmente no município de Lauro de Freitas) de algumas cerimônias de batismo de africanos e africanas, a partir da década de 1830, realizadas na freguesia de Brotas – que dista, atualmente, 30 km, e que no século XIX deveria levar quase um dia de viagem de um ponto a outro. Em verdade, esses cativos poderiam ter sido batizados na Igreja Nossa Senhora de Brotas, localizada na freguesia de mesmo nome, construída em 1718, ou em tantas outras igrejas em Salvador, muito mais próximas do local onde viviam os cativos e seus respectivos senhores. Para melhor entender o problema que se colocava,

6 Para ter acesso aos registros digitalizados no portal <https://www.familysearch.org/>, é necessário que o usuário tenha uma conta e efetue o *login* no *website*.

7 Como será explicitado ao longo deste texto, os livros de batismo constituem apenas uma pequena fração da extensa variedade de tipologias de documentos utilizados pelo *Freedom Narratives*, cuja pesquisa se estende não apenas a repositórios digitais, mas também a arquivos físicos, donde a equipe de pesquisadores do FN realizam a digitalização da documentação.

analisamos 5 livros de Batismo da Igreja Santo Amaro de Ipitanga, que vai de 1770 até 1871, com o intuito de demonstrar que em anos anteriores à década de 1830 essa prática não era observada.

Freedom Narratives (<http://www.freedomnarratives.org>) é um projeto de humanidades digitais, em construção, e por isso mesmo ainda não se encontra disponível para o acesso do público. O objetivo deste projeto é criar um repositório digital de relatos biográficos de indivíduos nascidos na África entre os séculos XVI e XIX. A ênfase desta pesquisa está no testemunho daqueles que podem ser considerados “africanos do Atlântico”. O principal empenho do projeto é recuperar as vozes, quando possível, mas principalmente as narrativas de vida daqueles africanos envolvidos no Atlântico ou no comércio interno de pessoas escravizadas. Indivíduos que viajaram dentro do continente e aqueles que cruzaram o Atlântico estão incluídos neste repositório digital biográfico/prosopográfico. A travessia do Atlântico é frequentemente considerada um momento decisivo na experiência da escravidão. Entretanto, alguns outros indivíduos também viveram a trágica experiência de longas travessias, mas não cruzaram o Atlântico. Também faz parte do banco de dados do projeto aqueles que experienciaram viagens longas por meio do Saara ou para outras áreas dentro do continente africano via caravanas, ou que fizeram a viagem de retorno para a África, como é caso dos africanos livres em Serra Leoa no século XIX (LARSON, 2008).

Sendo as identidades e trajetórias africanas o coração deste projeto, neste artigo se trabalhará fragmentos importantes na narrativa de vida de africanos da África ocidental e centro-ocidental entre os anos de 1770 e 1871, que estavam em território baiano. Ao contrário de outras bases de dados para o estudo da África, diáspora e história transatlântica, *Freedom Narratives* foca em pessoas, como outros projetos prosopográficos relevantes sobre diferentes populações do mundo⁸. Em sua grande maioria, as pessoas que fazem parte desse banco de dados foram em algum momento de sua vida escravizadas, mas muitas vezes livres no nascimento. Esse projeto traz uma mudança na perspectiva de análise quantitativa para focar no questionamento: “Quem eram esses indivíduos?” O objetivo é trazer experiências de vida e a rostos de parte das mais de 12,5 milhões de vidas huma-

8 Dois importantes banco de dados que olham para populações chinesa e europeia são: *China Biographical Database Project* (CBDB) (Disponível em: <https://projects.iq.harvard.edu/cbdb/prosopography>. Acesso em: 8 out. 2021) e *Unit for Prosopographical Research* (Disponível em: <http://users.ox.ac.uk/~prosop/>. Acesso em: 8 out. 2021).

nas que vivenciaram a realidade traumática do comércio transatlântico de escravos. Apesar da impossibilidade de se reconstruir a narrativa biográfica de cada uma dessas pessoas, o projeto tem como objetivo, por meio de uma nova metodologia de organização de dados e questionamentos de fontes, trazer ao público histórias de africanos deslocados forçadamente de seus territórios natais.

Como dito antes, a principal fonte documental utilizada aqui como fio condutor da análise comparativa são os livros de batismo de paróquias baianas que foram digitalizados pelo projeto internacional e privado chamado *Family Search* (<https://www.familysearch.org/>). No conteúdo dos livros de batismo da Igreja Matriz de Santo Amaro de Ipitanga, por exemplo, constam os batismos ocorridos não apenas em sua sede, mas também em suas filiais: a Capela de Nossa Senhora da Conceição de Itapuã; Capela de São Bento do Monte Gordo; Abrantes; São Pedro, Santo Amaro e na Freguesia do Senhor do Bonfim da Mata de São João (Igreja do Bonfim de Mata de São João). Em outros casos, o batismo poderia ocorrer em capelas privadas, sendo que até 1830 esse era um fato raro, como analisaremos ao longo deste artigo. Identificamos como sendo provavelmente capelas privadas, geralmente localizadas em engenhos: a Capela de San Francisco do Gregório, o Oratório do Engenho de São Bento, o Oratório do Engenho Japara, a Capela de Campina Grande e o Oratório de José Correa. Muito menos comum, independentemente do período aqui analisado, era o batismo realizado na residência de algum fiel.

A primeira hipótese que a organização da documentação citada dentro da *best practices* do projeto produz é de que, após o alvará de 1831 (o qual proibia o tráfico internacional de escravos), os senhores de engenho na região de Brotas começaram a batizar seus escravizados em capelas privadas e registrá-los em locais distantes, como a Igreja de Santo Amaro de Ipitanga, com o objetivo de burlar a lei que proibia a chegada de novos africanos escravizados. Levando em consideração uma análise espacial e de deslocamento dessas pessoas, vale ressaltar que a região onde está localizada a Matriz de Santo Amaro de Ipitanga era habitada pelos povos indígenas Tupinambás. Em 1552, Tomé de Souza, na época governador geral do Brasil, concedeu a Garcia D'Ávila lotes de terra no litoral baiano, onde também se estabeleceu uma missão jesuítica, dando origem à freguesia de Santo Amaro de Ipitanga⁹.

9 Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Monografias Municipais: Nordeste/Bahia, Lauro de Freitas (2017). Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2980/momun_ne_ba_laurodefreitas.pdf. Acesso em: 10 dez. 2021.

Na região se desenvolveram engenhos de cana-de-açúcar, cuja produção era escoada pelo mar. Assim sendo, é possível afirmar que parte dos 350 africanos identificados no livro de batismo tenham sido empregados na atividade agrícola dessa região. A igreja foi construída na parte mais alta da cidade em meados do século XVII. Em 1962, a freguesia de Santo Amaro de Ipitanga foi elevada à categoria de município, recebendo o nome de Lauro de Freitas. É preciso observar, no entanto, que Lauro de Freitas é bem menor do que a antiga Santo Amaro, sendo uma das mais antigas freguesias do arcebispado de Salvador.



Fonte: Telma Gonçalves Santos, Paróquia de Santo Amaro de Ipitanga, arquivo pessoal (2 de setembro de 2021, Lauro de Freitas, Bahia).

Nos livros de batismo que foram adicionados ao banco de dados se observa que, para além do registro dos africanos que chegavam à Bahia, também consta o registro dos nascidos na dita província, independentemente de classe social, etnia ou estado civil (livre/liberto/escravizado). Entre os nascidos no Brasil, havia muitos casos de filhos/as de africanos/as, classificados como crioulos/crioulas. Os filhos de africanos eram denominados como filhos naturais ou filhos legítimos. Esta última designação se refere, sobretudo, aos nascidos de pais casados, onde consta o nome do pai e da mãe, revelando um contexto de formação de núcleos familiares. A possibilidade de revelar relações parentais e famílias estendidas é um dos exemplos dos dados que o projeto pretende evidenciar.

Nos livros de batismo de Santo Amaro de Ipitanga não foram encontrados filhos de africanos classificados como legítimos, como se observa em outras paróquias, a exemplo da Igreja de Nossa Senhora de Brotas. Assim

sendo, no dia 16 de maio de 1803, na Igreja Nossa Senhora de Brotas, José Marco e Narcisa do Sacramento, ambos forros classificados como “nação Angola”, batizaram seu filho Alberto¹⁰. Tendo em vista que na Matriz de Santo Amaro de Ipitanga todos os filhos/as de africanas foram registrados como naturais, não foi possível conhecer os nomes dos pais. O batismo de Emillia ocorreu no dia 10 de janeiro de 1834. Ela era filha de Ritta, uma mulher africana classificada como “nação Nagô”. Emillia foi identificada como crioula e batizada como filha natural, o nome do pai não consta em seu batismo. Tanto ela quanto sua mãe, Ritta, pertenciam a João Rodrigues Antunes¹¹. Fosse no caso de crianças registradas como naturais ou legítimas, o fato é que, no ato do batismo, novos laços de parentesco se desenvolviam, formando o que aqui chamaremos de “família estendida”. Porquanto os escolhidos para serem padrinhos do infante se tornavam em simultâneo compadres e comadres dos genitores ou, no caso dos registros que constam na Igreja Matriz de Ipitanga, a genitora.

Também era na pia batismal que crianças nascidas do ventre africano eram, em alguns poucos casos, alforriadas. Nesses episódios, quando a mãe era forra, fazia questão de registrar a condição de seu filho/a: forro/forra. Esse foi o caso de Saturnina Maria da Conceição, crioula forra que batizou seu filho Jacinto, de idade de 6 meses, como forro, na igreja de Santo Amaro de Ipitanga, no dia 18 de junho de 1840. O interessante nesse caso foi que Saturnina escolheu como padrinhos dois africanos ocidentais: Vicente, classificado como “preto Gege”, escravo de Rodrigo Jorge dos Santos, e Thereza Franca, também classificada como “preta Gege”, forra, todos solteiros desta Freguesia¹². Em outros, por razões desconhecidas, o proprietário da escravizada concedia alforria ao filho ou à filha de sua cativa. Antonia, africana classificada como “nação Nagô”, escrava de Maria da Ressurreição de Jesus, teve sua filha Maria batizada aos 8 dias de abril de 1833 na Capella de N.S. da Conceição. Na pia batismal, e na presença do padrinho,

10 Igreja de Nossa Senhora de Brotas, Registros Batismais Paroquiais, 1803-1821, Salvador, Bahia (Digitized by FamilySearch International, 2014), f. 2v. (Disponível em: <https://familysearch.me/36A6F0h>. Acesso em: 20 abr. 2022). Partes relevantes também poderão ser acessadas no site do projeto *Freedom Narratives* (Disponível em: www.freedomnarratives.org).

11 Paróquia de Santo Amaro do Ipitanga, Registros Batismais Paroquiais, 1830-1844, Lauro de Freitas, Bahia (Digitized by FamilySearch International, 2013), f. 64r-64v. Disponível em: <https://familysearch.me/3K5tero>. Acesso em: 20 abr. 2022.

12 Registros Batismais Paroquiais, 1830-1844, Lauro de Freitas, Bahia, f. 156r. Disponível em: <https://familysearch.me/3xG093f>. Acesso em: 20 abr. 2022.

Pedro Rodrigues d’Matto, homem casado. Maria da Ressurreição concedeu a liberdade à filha de sua escravizada, registrando-a como forra¹³.

Essas narrativas familiares não estão completas. No entanto, existem dados suficientes, alguns não registrados nessas breves descrições, para incluir essas famílias como parte do banco de dados do projeto. Para cada pessoa que é adicionada ao banco de dados mais informações continuarão a ser pesquisadas, pois o projeto tem interesse no desenvolvimento da narrativa pessoal, mas também na narrativa histórica das próprias famílias. Conforme afirmado anteriormente e demonstrado no exemplo *supra*, o objetivo desse projeto é capturar os movimentos da vida, e uma pessoa só é incluída no banco de dados quando evidências concretas são identificadas para provar sua existência e suas ações. Esse não é um projeto de nomes, mas de vidas.

A iniciativa do projeto *Freedom Narratives* foi motivada pela longa pesquisa e discussão sobre biografias de pessoas provenientes da região da África ocidental proposta por Paul E. Lovejoy nas últimas décadas. O envolvimento de Lovejoy com contexto temático em parceria com outros pesquisadores culminou na produção de muitos projetos onde o principal objetivo era trazer luz a narrativas históricas de pessoas escravizadas¹⁴. De acordo com Lovejoy, o termo “*freedom narratives*”, que em português seria traduzido como “narrativas de liberdade”, reconceitua o tradicional termo “*slave narrative*” ou “narrativas escravas”, que é o termo frequentemente usado para falar de narrativas biográficas de pessoas escravizadas. Para Lovejoy, “*freedom narratives*” enfatiza a realidade de muitos que nasceram livres e que, em muitos casos, também morreram livres depois de um período de escravização. A mudança de foco de escravidão para liberdade na análise

13 Registros Batismais Paroquiais, 1830-1844, Lauro de Freitas, Bahia, f. 49r-49v. Disponível em: <https://familysearch.me/385Fwmd>. Acesso em: 20 abr. 2022.

14 Para um melhor detalhamento dessa produção, ver as seguintes obras: LOVEJOY, P. E. *The African Background of Venture Smith*. In: LOVEJOY, P. E. *Venture Smith and the Business of Slavery and Freedom*. Amherst: University of Massachusetts Press, 2009. p. 35-55; LOVEJOY, P. E. *Autobiography and Memory: Gustavus Vassa and the Abolition of the Slave Trade*. *Slavery and Abolition*, v. 27-3, p. 317-347, 2006; ADDOUN, Y. D.; LOVEJOY, P. E. *The Arabic Manuscript of Muhammad Kaba Saghanughu of Jamaica, c. 1820*. In: PAUL, A. (ed.). *Creole Concerns: Essays in Honour of Kamau Brathwaite*. Kingston: University of the West Indies Press, 2007. p. 313-341; LOVEJOY, P. E. *Les origines de Catherine Mulgrave Zimmermann: considérations méthodologiques*. *Cahiers des Anneaux de la Mémoire*, v. 14, p. 247-263, 2011; LAW, R.; LOVEJOY, P. L. *The Biography of Mahommah Gardo Baquaqua: His Passage from Slavery to Freedom in Africa and America*. Princeton: Markus Wiener Publisher, 2001; LOVEJOY, P. E. *Ali Eisami's Enslavement and Emancipation: The Trajectory of a Liberated African*. In: RICHARD, A.; LOVEJOY, H. B. (ed.). *Liberated Africans and the Abolition of the Slave Trade, 1807-1896*. Rochester: University of Rochester Press, 2020; LOVEJOY, P. Mohammed Ali Nicholas Sa'id: From Enslavement to American Civil War Veteran. *Millars*, p. 219-232, 2017.

de biografias provoca a criação do alicerce fundamental do princípio metodológico do projeto (LOVEJOY, P., 2011, p. 32). Os relatos baseados no conceito de “narrativas de liberdade”, de acordo com Lovejoy, contam a experiência de alienação natal e exposição direta à travessia do atlântico, em oposição à subjugação do nascimento, à memória da travessia atlântica e do que ficou retido sobre a terra natal. Os “africanos atlânticos”, aqueles nascidos na África que foram escravizados e levados para as Américas tiveram uma experiência única em comparação aos nascidos na diáspora. Eles enfrentaram o futuro incerto ao cruzar o Atlântico dentro de navios negreiros, enquanto os nascidos nas Américas não tiveram essa experiência, mesmo que às vezes muitos indivíduos fossem transferidos por longas distâncias nas Américas. Para o projeto *Freedom Narratives*, esse conceito foi expandido para todos os relatos produzidos historicamente e para narrativas históricas resultantes de pesquisas acadêmicas, incluindo autobiografias e reconstruções biográficas.

O conceito “narrativas da liberdade” explorado pelo projeto trata de narrar a esperança de se reunir com parentes ou membros de suas sociedades, algo que era muito difícil e muitas vezes impossível nas diásporas transatlântica e trans-saariana, mas também a construção de novos laços afetivos (DELGADO; KARTIKAY; LOVEJOY, 2021). Para uma perspectiva comparativa, esse projeto assume que a experiência da escravidão para as pessoas que foram expostas em uma fase isolada de sua vida era distinta daqueles que nasceram na escravidão em diáspora e em outros lugares e que, portanto, cresceram em sociedades escravistas desde a época de seu nascimento. Portanto, o foco nas pessoas nascidas na África também se relaciona à falta de informações pessoais sobre essas pessoas nascidas no continente durante o período intenso do comércio transatlântico de pessoas escravizadas.

Projetos e pesquisas importantes (digitais e analógicas) concentraram-se por muitos anos principalmente na descoberta de informações sobre a vida de pessoas que nasceram na diáspora. Uma das razões para isso foi a crença de que era quase impossível encontrar fontes suficientes para revelar histórias de vida de pessoas que começaram suas narrativas longe de onde viveram grande parte de suas vidas dentro do contexto da escravidão. A alienação natal dessas pessoas foi percebida por vários historiadores como proibitiva à recuperação de suas narrativas de vida (LARSON, p. 434). Um número significativo de casos de relatos de pessoas nascidas em África é de indivíduos que nasceram livres e conseguiram reivindicar sua liberdade

em uma fase de suas vidas. A experiência da escravidão foi, portanto, um aspecto, ainda que muito importante, de suas experiências pessoais.

Para o projeto, indivíduos que nunca experimentaram a escravidão também são incluídos no banco de dados com a intenção de compilar uma diversidade de histórias de vida de africanos que viveram em áreas onde suas vidas foram significativamente afetadas pelo tráfico interno e/ou pelo atlântico de escravizados. Além disso, o projeto também tem como objetivo identificar e documentar vários tipos e categorias de relacionamentos vivenciados pela pessoa cujas informações são inseridas no banco de dados. Parentesco, amizade e outros tipos de relacionamento são inventariados fazendo-se possível navegar e explorar mais informações sobre cada um dos indivíduos relacionados entre si. No caso dos registros analisados neste artigo, fica clara a rede de conexões por meio dos padrinhos e madrinhas, testemunhas no ritual do batismo e senhores de escravos.

Fontes diferentes contam experiências distintas da vida de cada pessoa. O projeto não se limita a um tipo específico de fonte. A variedade de dados analisados é vasta, abrangendo autobiografias, entrevistas, esboços, anúncios de fuga, registros de navios, livros administrativos coloniais, documentos judiciais, registros de batismo, casamento e morte, e assim por diante. Esses documentos são pesquisados e digitalizados pela equipe do FN em arquivos públicos espalhados na África, América e Europa. Tantos outros são encontrados em repositórios digitais, como é o caso dos livros de batismo utilizados nesse artigo. O objetivo é permitir uma investigação por meio de narrativas biográficas, sejam as fontes provenientes de depoimentos pessoais, por exemplo, ou de um registro de africanos livres, como apresentado *supra*. Cada fonte deve ser interpretada e questionada a partir da compreensão do contexto de produção de cada texto primário, como narrativas de memória em primeira pessoa ou amanuense, ou se as fontes administrativas são uma interpretação de terceira pessoa com poder sobre a pessoa gravada.

Na grande maioria das vezes, o batismo era o primeiro registro formal da condição de escravizado/a. Assim sendo, os livros de batismo poderiam servir como provas de liberdade ou de propriedade sobre um ser humano. Na sociedade brasileira oitocentista, não ser branco era um fato que já colocava em xeque o estado civil (livre/forro/escravizado) de qualquer pessoa. O livro de batismo, portanto, tornou-se, na época, um documento de extrema relevância para a comprovação da condição de livre/forro ou escravizado. Nos casos de batismo dos filhos dos escravizados ou dos africanos/as que

desembarcavam na cidade, oriundos do tráfico negreiro, a cerimônia de batismo era muito mais que a introdução desses indivíduos à fé cristã. Os registros batismais consistiam em uma espécie de prova de propriedade, donde padrinhos, madrinhas e o próprio pároco acabavam por se tornar testemunhas desse macabro acontecimento.

A descrição da documentação batismal revela uma gama de possibilidades temáticas a serem desenvolvidas, e aqui cito duas: formação da família escravizada e etnicidade. Esses temas, porém, serão abordados em outros artigos, pois o foco desta pesquisa consiste no entendimento do *modus operandi* de alguns senhores de engenho para burlar as diversas legislações portuguesas do segundo quartel do século XIX, que aos poucos restringiam o tráfico internacional de escravizados. Como cada pessoa atua como uma âncora no banco de dados do *Freedom Narratives*, e todos os outros campos de dados são conectados por meio deles, o projeto encabeçou o desenvolvimento de uma base de dados computacional e interpretacional interativa e complexa que registra as experiências de vida desses batizados e outros africanos que participaram do batismo.

O projeto visa fornecer uma experiência amigável e oportunidades de envolvimento holístico com um *website* para o público em geral e o público acadêmico. Metodologicamente, uma grande quantidade de dados é coletada em diversos formatos (incluindo fontes impressas e digitais, bem como bancos de dados), que são então analisados e organizados usando o *Decoding Origins Web Portal* para a entrada de cada narrativa de vida individual¹⁵. Nesse processo, milhares de fontes primárias são analisadas e armazenadas, e centenas de outras sendo digitalizadas. Todos esses dados são armazenados em *backup* usando serviços de computação em nuvem e enviados para o portal da *web*, onde são metamarcados e conectados aos perfis dos indivíduos e outras fontes relacionadas. Conforme destacado por acadêmicos de Humanidades Digitais, a criação de conjuntos de dados maiores pode ser um desafio no campo da história, pois a criação de conjuntos de dados, caracterizados *Big Data*, requer o desenvolvimento constante de novas ferramentas (SNICKARS, 2014). Dito de outro modo, os esforços da equipe envolvida nesse projeto caminham para disponibilizar ao público documentos históricos em PDF (digitalizados pela equipe do FN ou disponíveis em outros repositórios digitais, desde que cedido o direito de

15 Kartikay Chadha, Katrina Keefer, and Martha Ladly, *Decoding Origins Web Portal*. Disponível em: <http://www.decodingoriginswebportal.org/>. Acesso em: 8 out. 2021.

publicização para o projeto), a transcrição e um resumo do extrato de vida do africano/a. Assim sendo, cada indivíduo inserido no portal recebe um número de identificação, criando-se uma espécie de “pasta”, onde constarão os documentos supracitados. Para além disso, a partir da análise criteriosa do documento, os pesquisadores envolvidos no projeto descrevem e/ou inferem uma série de outras informações, respaldada pela bibliografia coeva, tais como: características físicas, idade ou categoria etária, ano ou intervalo de tempo do nascimento, gênero, etnicidade, língua de origem, metaetnicidade, local de embarque/desembarque, região de origem, estado civil, profissão, nome cristão e/ou de origem, nome do senhor (no caso dos africanos escravizados), bem como de outras pessoas que estiveram em contato com os ditos sujeitos. Em razão da vasta tipologia de fontes que são trabalhadas no projeto, onde os registros eclesiásticos são apenas parte do acervo, será possível pesquisar diversos outros eventos. Nos livros de Bangue, guardados no arquivo da Santa Casas de Misericórdia da Bahia, por exemplo, foi possível identificar a data de entrada do africano/a no hospital para tratamento de alguma doença, a data de saída, o tipo de doença, o tratamento aplicado, o local em que residia, a condição de emancipado ou escravizado (pois em alguns casos são citados como forros/forras), o nome do seu senhor ou senhora (para o caso dos escravizados/as), o estado civil (se solteiro, casado ou viúvo), o nome do parceiro/a, a data da morte e o local do enterro, quando a doença lhes tomava a vida. Muitos outros eventos estão sendo identificados a partir da análise de jornais, processos cíveis e criminais, testamentos e tantas outras fontes guardadas em arquivos espalhados em diversas partes do mundo. Em razão do limite de espaço de tempo desse artigo, não será possível elencar todos os eventos que já estão disponíveis na plataforma do FN, por isso cito apenas mais alguns: participação em rebeliões, fugas, formação de quilombos, participação no tráfico de produtos diversos ou mesmo de escravizados, separação de filhos/as em razão do tráfico de pessoas, assassinatos, roubos, encarceramento, participação em cultos religiosos, adoção, separação, etc. Os dados meta-marcados e conectados aos perfis dos indivíduos são elencados cronologicamente e estão atrelados a uma determinada região, o que possibilita, quando finalizamos determinada narrativa biográfica, observarmos esses indivíduos em movimento ao longo do tempo. Esses dados podem ser pesquisados pelo público externo de forma isolada ou cruzada. Assim sendo, ao digitar uma palavra-chave na ferramenta de busca, como, por exemplo, “embarque/golfo do Benin”, será possível encontrar todos os indivíduos, cadastrados na plataforma, que embarcaram daquele golfo rumo à diáspo-

ra. O sistema de busca também permitirá cruzar metadados, afinando, desse modo, o perfil de indivíduos desejado. Por exemplo: ao digitar na ferramenta de busca as palavras: marcados a ferro, embarcados no golfo do Benin, desembarcados na Bahia, Brotas, 1780 a 1820, aparecerão biografias de africanos e africanas que saíram do golfo do Benin, desembarcaram na Bahia, marcados a ferro e que em algum momento de suas vidas residiram na região de Brotas, localizada em Salvador, entre os anos de 1780 e 1820. Muito provavelmente, nesses perfis, será possível descobrir qual o seu senhor, caso fossem escravizados/as ou se já haviam conquistado a liberdade no momento em que foram registrados na documentação. Em alguns casos, constará a informação do casamento desses indivíduos, se tiveram filhos, se ficaram viúvas/os, qual o nome do seu esposo/a e do padre que realizou a cerimônia. Para além dessas informações, muitas outras podem ser pinçadas, a exemplo: se participavam do tráfico de escravizados, se possuíam escravos/as, o nome dos seus padrinhos ou, quando tinham filhos batizados, o nome dos padrinhos de sua prole, se estes também eram cativos ou libertos, se eram pretos, crioulos ou brancos, se eram casados ou solteiros e onde moravam. As biografias resultantes dos metadados utilizados para selecionar o perfil de indivíduos desejados serão apresentadas em uma linha do tempo, posicionada em um mapa, onde será possível visualizar os locais por onde esses indivíduos estiveram e os eventos que experienciaram, além de podermos ter acesso à transcrição do documento e, sempre que possível, ao documento propriamente dito, bem como o nome do arquivo em que a fonte foi encontrada.

Freedom Narratives é um projeto de Humanidades Digitais, que é um grande guarda-chuva com diversas ferramentas usadas para estabelecer as identidades digitais das pessoas (GOLD; KLEIN, 2016). Em vez de existir apenas como um banco de dados, o projeto visa registrar experiências de vida. Portanto, ele fornece representação visual por meio de mapeamento GIS de locais de eventos, uma lista de grafias variantes para etnônimos/idiomas, acesso a cópias digitais de fontes raras e uma breve narrativa histórica criada para cada identidade digital. Para essa pesquisa houve a análise de cinco livros de batismo, em um período de 100 anos, entre os anos de 1770 e 1871. Os cinco livros de batismo possuem um total de 796 fólios. O primeiro livro possui 145 fólios, que abrange o período de outubro de 1770 a dezembro de 1783; o segundo livro possui 134 fólios de janeiro de 1784 a dezembro de 1794; o terceiro consiste em 209 fólios entre outubro de 1815 a janeiro de 1830; o quarto com 202 fólios de dezembro de 1830 a junho

de 1844; e o último volume possui 106 fólios, que abrange o período de dezembro de 1857 a fevereiro de 1871. Ao total, foram identificados 352 africanos. Desse total, 320 foram registrados como pertencentes a alguma “nação”. De acordo com Luis Nicolau Parés, o termo “nação” não estava relacionado a uma autodenominação étnica dos africanos. Ao contrário, a classificação desses sujeitos em “nações” correspondia a uma “distinção elaborada pelas classes dominantes para atender aos interesses do próprio sistema escravista” (PARÉS, 2007, p. 24-25). Desse modo, por meio das distintas “nações” atribuídas aos africanos em questão, foi possível identificar as macrorregiões de onde partiram rumo ao Brasil.

Pierre Verger discute a sistematização do tráfico de escravizados em ciclos, dividindo a origem dos africanos escravizados transplantados para a Bahia em 4 ciclos, sendo os três primeiros quartos do século XVIII dominado pelo comércio de pessoas com a Costa da Mina (VERGER, 2002, p. 27). Outros trabalhos, contudo, vêm questionando essa sistematização ao demonstrarem que o fluxo de escravizados na Bahia, oriundos da África centro-ocidental, nunca foi interrompido¹⁶. Como a Tabela 1, a seguir, demonstra, a grande maioria embarcou nos portos localizados na África ocidental. Ao passo que 16% teriam saído da África centro-ocidental, mais especificamente dos portos de Luanda e Benguela, onde a presença portuguesa e da Igreja Católica na região pode ter se encarregado do batismo de boa parte desses seres humanos antes mesmo de iniciarem a diáspora atlântica, não havendo, portanto, a necessidade de um novo batismo na América¹⁷. Por fim, um número bem menor seria originário da África oriental. Essa primeira análise demonstra como a tradição de batismo de escravizados em território africano era bastante dispare entre as regiões. Apesar do número alto de africanos desembarcados originários da África centro-ocidental du-

16 Para um maior aprofundamento dessa questão, ver Klein (1972, p. 894-918), Miller (1999, p. 11-67), Reginaldo (2005), Ximenes (1999) e Candido (2013, p. 67-91).

17 Sobre a participação das mulheres no tráfico de escravos em Angola, ver o trabalho de Vanessa Santos, em que a autora descreve a atuação de D. Ana Joaquina no trato dos cativos que enviava para Salvador e demais portos do Brasil, em embarcação própria, inclusive durante o período de ilegalidade do tráfico: Oliveira (2018, p. 447-456) e Ribeiro (2009, p. 5). No que diz respeito ao século XIX, alguns estudos vêm enfatizado a importância da população banto na construção sociocultural da cidade de Salvador, bem como no interior da Bahia. A esse respeito, destaco dois trabalhos: Trindade (2008) e Almeida (2006). Sobre as relações mercantis envolvendo traficantes de almas da Bahia e de Luanda, na primeira metade do século XIX, ver: Lima (2017). Neste artigo, Valnei Mascarenhas Lima apresenta a personagem angolana Ana de Angola, apontada como importante parceira comercial de Joaquim Pereira Marinho, um dos maiores contrabandistas de escravos da Bahia. Ver, ainda: Candido (2013, p. 97-124). Sobre outros trabalhos dessa autora que tratam da presença de agentes mercantes da Bahia em Benguela, ver: Candido (2011, p. 239-272).

rante esse período, isso não corresponde com o número de batismos, já que possivelmente a grande maioria chegava ao Brasil já batizada.

TABELA 1 – AFRICANOS NOS REGISTROS BATISMAIS CLASSIFICADOS POR REGIÃO DE ORIGEM

Número do Livro	Africanos Ocidentais	Africanos Centro-Ocidentais	Africanos Orientais	Africanos	Total
Livro 1 – 1770-1783	34	2	0	0	36
Livro 2 – 1784-1794	18	10	0	0	28
Livro 3 – 1815-1830	59	27	10	8	104
Livro 4 – 1830-1844	37	17	0	98	152
Livro 5 – 1857-1871	1	0	0	31	32
Total – 1770-1871	149	56	10	137	352

Fonte: Paróquia de Santo Amaro do Ipitanga, Registros Batismais Paroquiais, 1770-1890, Lauro de Freitas, Bahia. Digitalizado pela Family Search International, 2013. Disponível em: <https://bit.ly/3EDCnGE>. Acesso em: 20 abr. 2022.

Como exposto antes, nem todos os africanos estavam na condição de escravizados, no momento do registro no livro de batismo. A Tabela 2 demonstra a diversidade de *status* de africanos e as suas posições dentro do ritual de batismo. Alguns lograram conseguir a sua alforria e são descritos como forro ou forra.

TABELA 2 – INDIVÍDUOS NASCIDOS NA ÁFRICA

Status	Batizados	Padrinhos	Genitores	Total
Escravizado	225	32	61	318
Livre	0	6	13	19
Desconhecido	7	5	3	15
Total	232	43	77	352

Fonte: Registros Batismais Paroquiais, 1770-1890, Lauro de Freitas, Bahia. Disponível em: <https://bit.ly/3EDCnGE>. Acesso em: 20 abr. 2022.

Via de regra, os ditos forros ou forras desempenhavam o papel de mãe, padrinho ou madrinha, pois, como já mencionamos, nem todos os africanos que aparecem nos registros paroquiais estavam sendo batizados, como demonstrado nas Tabelas 3 e 4, divididos entre os indivíduos nascidos na África ocidental e centro-ocidental. Por fim, vale ressaltar que os africanos identificados nos livros de batismo correspondem a pouco mais de 5% dos batismos, pois, como informado, toda a população da região era batizada no mesmo livro, não havendo distinção.

TABELA 3 – INDIVÍDUOS NASCIDOS NA ÁFRICA OCIDENTAL

Número do Livro	Batizado	Padrinhos	Genitores*	Total
Livro 1 – 1770-1783	20	0	14	34
Livro 2 – 1784-1794	13	1	4	18
Livro 3 – 1815-1830	44	6	9	59
Livro 4 – 1830-1844	25	7	6	38
Livro 5 – 1857-1871	0	1	0	1
Total – 1770-1871	102	15	33	150 ¹⁸

Fonte: Registros Batismais Paroquiais, 1770-1890, Lauro de Freitas, Bahia. Disponível em: <https://bit.ly/3EDCnGE>. Acesso em: 20 abr. 2022.

TABELA 4 – INDIVÍDUOS NASCIDOS NA ÁFRICA CENTRO-OCIDENTAL

Número do Livro	Batizado	Padrinhos	Genitores	Total
Livro 1 – 1770-1783	2	0	0	2
Livro 2 – 1784-1794	7	0	3	10
Livro 3 – 1815-1830	15	1	11	27
Livro 4 – 1830-1844	14	0	3	17
Livro 5 – 1857-1871	0	0	0	0
Total – 1770-1871	38	1	17	56

Fonte: Registros Batismais Paroquiais, 1770-1890, Lauro de Freitas, Bahia. Disponível em: <https://bit.ly/3EDCnGE>. Acesso em: 20 abr. 2022.

2 A ARTE DE BURLAR A LEGISLAÇÃO PORTUGUESA: RESULTADO DA ANÁLISE DO *BIG DATA*

Nas tabelas apresentadas *supra*, salta aos olhos o fato de que, a partir de 1830, os párocos foram gradualmente deixando de classificar os africanos em “nações”, para lhes atribuir um termo mais genérico “africanos”. A questão que se coloca é: Quais os motivos que teriam levado proprietários e párocos a mudar a forma de registro dos recém-chegados da África? Antes de levantarmos algumas hipóteses que podem elucidar o caso, há uma outra questão intrigante: nos livros de batismo da igreja de Santo Amaro de Ipitanga, entre os anos de 1830 e 1844, é possível observar o registro de batismos ocorridos em capelas privadas localizadas na província de Brotas e que na época deveria distar um dia inteiro de viagem para Santo Amaro de Ipitan-

18 Brasida, uma mulher da África Ocidental classificada como Nagô, aparece nos registros batismais duas vezes. Pela primeira vez, sendo batizada em 21 de maio de 1839 e, pela segunda vez, em 31 de dezembro de 1839, no batismo de sua filha. Por conseguinte, afetando o total, devido a dupla contagem.

ga. Esse fato não ocorria em períodos anteriores. Paralelo a isso, se observa um pequeno incremento do número de africanos registrados na matriz de Santo Amaro de Ipitanga a partir desse mesmo período. As tabelas a seguir, divididas em diferentes períodos, demonstra a relação da localização dos batismos com a classificação recebida por cada batizado: “Africano ocidental”, “Africano centro-ocidental”, “Africano oriental” ou o termo genérico “Africano”.

TABELA 5 – LOCAL DE BATISMO DE AFRICANOS ENTRE 1770-1794

Igreja/Capela	Africanos Ocidentais	Africanos Centro Ocidentais	Total
Não Consta (Matriz de Santo Amaro de Ipitanga)	11	1	12
Matriz de Abrantes	1	0	1
Capela de Nossa Senhora da Conceição de Itapuã	7	2	9
Capela de São Bento do Monte Gordo	10	2	12
Filial do Capuame	1	0	1
Capela de Nossa Senhora do Repouso	2	0	2
Matriz de São Pedro	1	0	1
Santo Amaro	20	7	27
Total	53	12	65

Fonte: Registros Batismais Paroquiais, 1770-1794, Lauro de Freitas, Bahia. Disponível em: <https://familysearch.me/38djhdZ>. Acesso em: 20 abr. 2022; Registros Batismais Paroquiais, 1784-1794, Lauro de Freitas, Bahia. Disponível em: <https://familysearch.me/3K3T13b>. Acesso em: 20 abr. 2022.

TABELA 6 – LOCAL DE BATISMO DE AFRICANOS ENTRE 1815-1830

Igreja/Capela	Africanos Ocidentais	Africanos Orientais	Africanos Centro-Ocidentais	Africanos (Termo Genérico)	Total
Capela de Nossa Senhora da Conceição de Itapuã	21	2	11	2	36
Capela de São Bento do Monte Gordo	4	0	1	0	5
Matriz de Santo Amaro de Ipitanga	19	1	9	5	34
Capela de San Francisco do Gregório	1	0	0	0	1
Freguesia do Senhor do Bonfim da Mata de São João	1	0	0	0	1
Não Consta (Matriz de Santo Amaro de Ipitanga)	13	7	6	1	27
Total	59	10	27	8	104

Fonte: Registros Batismais Paroquiais, 1815-1830, Lauro de Freitas, Bahia. Disponível em: <https://familysearch.me/3OuZS90>. Acesso em: 20 abr. 2022.

TABELA 7 – LOCAL DE BATISMO DE AFRICANOS ENTRE 1830-1844

Igreja/Capela	Africanos Ocidentais	Africanos Centro-Ocidentais	Africanos (Termo Genérico)	Total
Capela de Nossa Senhora da Conceição de Itapuã	17	8	24	49
Matriz de Santo Amaro do Ipitanga	9	7	29	45
Oratório do Engenho de São Bento	1	1	0	2
Oratório do Engenho Japara	7	0	4	11
Freguesia de Pirajá	1	0	1	2
Freguesia de Nossa Senhora das Brotas	0	0	10	10
Capela de Campina Grande	0	0	14	14
Matriz de Abrantes	0	0	1	1
Freguesia de Nossa Senhora da Victória	0	0	1	1
Oratório de José Correa	0	0	1	1
Freguesia de São Miguel	0	0	1	1
Casa de Francisco José Luciano	0	0	2	2
Não Consta	2	1	10	13
Total	37	17	98	152

Fonte: Registros Batismais Paroquiais, 1830-1844, Lauro de Freitas, Bahia. Disponível em: <https://familysearch.me/3Mlb5an>. Acesso em: 20 abr. 2022.

TABELA 8 – LOCAL DE BATISMO DE AFRICANOS ENTRE 1857-1871

Igreja/Capela	Africanos Ocidentais	Africanos (Termo Genérico)	Total
Freguesia de Pirajá	0	1	1
Freguesia da Sé	0	2	2
Não Consta	1	27	28
Total	1	30	31

Fonte: Registros Batismais Paroquiais, 1857-1871, Lauro de Freitas, Bahia. Disponível em: <https://familysearch.me/37BnEjh>. Acesso em: 20 abr. 2022.

Entre 1830 e 1844, dos 152 africanos escravizados batizados em Santo Amaro de Ipitanga, 10 foram batizados em algum lugar da freguesia de Brotas e 14 na capela de Campina Grande, provavelmente situada no engenho de Campina Grande, localizado na freguesia de Brotas¹⁹. Os 14 africanos que aparecem vinculados à capela de Campina Grande

19 O engenho de Campina Grande, pertencente a João Ladislau de Figueiredo no século XIX, deu origem ao atual bairro de Campina Grande de Brotas.

foram batizados em 25 de dezembro de 1834²⁰. Essa capela estava situada na freguesia de Brotas, provavelmente dentro do engenho de Campina Grande, de propriedade de João Ladislau Figueiredo. É possível inferir que eles tenham sido adquiridos por Ladislau nesse mesmo ano. No dia do batizado estiveram presentes o reverendo encomendado Manoel Isidoro Pereira, os padrinhos e as madrinhas, para além do proprietário do escravizado e de alguns cativos que serviram como padrinhos e madrinhas. A africana Joanna Rita, de propriedade do capitão Ladislau, teve como padrinho José da Conceição, um homem pardo. José batizou ainda os africanos Cyro, Pompeu, Ambrosio, Job, Limcão, Manoel, Angélica, Juvêncio, Maria, Tubalcaim, Sinfrônio, Melania, Bonifácia e Enoch²¹. Pompeu, Angélica, Juvêncio, Manoel e Maria, todos foram consagrados a Nossa Senhora por meio de Manoel da Graça, que então se tornou seu padrinho de consagração.

Consequentemente, fica exposto que Ladislau era devoto da mãe de Jesus e delegou a ela a responsabilidade de proteger suas propriedades humanas. Compareceram ainda à cerimônia Joana, uma escrava parda de D. Vigência Ladislau, que batizou Enoch. Joana Maria, parda, escrava de Rosa Ladislau, batizou Bonifácia e Melânia. Os registros desses batismos foram incluídos no Livro de Santo Amaro de Ipitanga. Um ano depois, mais precisamente em 24 de junho, Ladislau adquiriu outros 16 africanos que foram batizados na mesma capela e seus registros inseridos no mesmo livro de Santo Amaro de Ipitanga pelo pároco reverendo Manoel Isidoro Pereira. Os africanos receberam os nomes cristãos de Vicente, Pitágoras, José, Jorge, Moyses, Faustino, Nuno, Benjamin, Labão, Levito, Felipe Gonçalo Simião, Cadmo, Elísio e Thenceu²². Todos tiveram como padrinho Marcelino de Jesus, que lhe colocou a coroa de Nossa Senhora.

Mas quem era João Ladislau de Figueiredo? E porque ele havia escolhido batizar seus escravizados em uma capela privada e depois os inserido no livro de batismo da igreja de Santo Amaro de Ipitanga, quando, muito próximo da sua propriedade, havia a Igreja Matriz de Brotas?²³ De acordo com Nora de Cássia, Ladislau era um senhor de engenho abastado, que

20 Registros Batismais Paroquiais, 1830-1844, Lauro de Freitas, Bahia, f. 82r.-84v. Disponível em: <https://familysearch.me/3rDmbjh>. Acesso em: 20 abr. 2022.

21 Idem.

22 Registros Batismais Paroquiais, 1830-1844, Lauro de Freitas, Bahia, f. 87r., 87v., 88r., 88v., 89r., 89v., 90r. Disponível em: <https://familysearch.me/388Sklw>. Acesso em: 20 abr. 2022.

23 A Igreja de Brotas foi construída em 1714 onde antes havia a igreja de São Paulo Apóstolo, local utilizado pelos jesuítas para catequizar as populações indígenas da localidade. No ano de 1718, foi criada a Paróquia de Nossa Senhora de Brotas e a Capela foi elevada à condição de Igreja Matriz. ver: “Salvador – Igreja de

ocupou importantes espaços de poder político. Em 1724, foi eleito para o Conselho de Governo. Quatro anos depois, atuou no Conselho Geral da Província que havia sido instituído pela lei de 20 de outubro de 1823, junto com outros 49 conselheiros (OLIVEIRA, 2016, p. 1042). Esse conselho seria o “reconhecimento e garantia do direito de o cidadão intervir nos negócios da sua Província, e que são imediatamente relativos a seus interesses peculiares” (OLIVEIRA, 2016, p. 1032). Em paralelo, ocupou ainda uma cadeira no Conselho Geral da Província. Em 1830, ocupou o cargo de provedor da Santa Casa de Misericórdia, uma das mais importantes e prestigiadas irmandades da Bahia. Ser provedor da Santa Casa era para poucos, porquanto apenas os irmãos nas palavras “de maior recurso, boa posição social e capacidade de liderança” conseguiam ocupar (OLIVEIRA, 2016, p. 1035).

Enquanto Ladislau galgou cargos importantes na política local, o Brasil enfrentava mudanças na legislação referente ao tráfico internacional de escravizados. Em 1831, foi estabelecido o fim do tráfico internacional de pessoas africanas. Obviamente que a implementação desse tipo de lei no Brasil Império precisa ser contextualizada a partir de um espectro mais amplo, que extrapola os limites de governabilidade do Estado brasileiro, porquanto foi resultado, em última instância, de pressões externas que tinham por objetivo o fim do tráfico atlântico desde muito antes. Assim sendo, já em 1810, antes mesmo de o Brasil torna-se independente de Portugal (1822), a Inglaterra pressionava Portugal para proibir que seus súditos realizassem o tráfico de seres humanos fora de seus domínios, ou seja, só poderiam traficar na África centro-ocidental e oriental, onde possuía processões. Em 1815, ficou proibido o tráfico ao norte do Equador. Em 1826, de acordo com Sidney Chalhoub, em troca do reconhecimento da independência do Brasil, o imperador se comprometeu a abolir o tráfico de escravizados em 1829 (CHALHOUB, 2012, p. 36). A promulgação da lei, no entanto, ocorreu apenas em 7 de novembro de 1831. Na prática, a proibição do tráfico internacional não significou o seu fim; ao contrário, estima-se que mais de 750 mil pessoas foram contrabandeadas para o Brasil (CHALHOUB, 2012, p. 30).

A realidade desse período também pode ser analisada em formato comparativo com outros dados que se encontram no banco de dados do projeto. Por exemplo, uma grande parte das identidades digitais do

Nossa Senhora de Brota” (IPAC – Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia. Disponível em: <http://www.ipatrimonio.org/salvador-igreja-de-nossa-senhora-de-brota/>. Acesso em: 8 out. 2021).

Freedom Narratives vem de fontes relacionadas aos africanos livres ou também chamados de “*Liberated Africans*” ou “emancipados”, respectivamente, no Brasil, Serra Leoa e Cuba, por exemplo. Essas pessoas ao redor do Atlântico, que respondem por mais de 250.000 escravizados, tiveram uma experiência específica dentro do seu contexto de busca pela liberdade²⁴. Os africanos livres são aqueles que foram recapturados por ordens da Grã-Bretanha já que foram embarcados em áreas distintas às acordadas nos tratados assinados. A principal fonte são os *Registers of Liberated Africans* (registros). Esses documentos, produzidos pelos tribunais internacionais de comissão mista, catalogaram informações pessoais de cada africano escravizado capturado e liberado sob sua jurisdição. Os documentos, produzidos principalmente em Serra Leoa, Brasil, Cuba e Santa Helena, registravam nomes, muitas vezes incluindo nomes que o projeto compreende como “nomes africanos” com base no que os escrivães compreendiam dos intérpretes (LOVEJOY, H., 2010, p. 116; SCHWARZ, 2012, p. 176-177). No entanto, para os casos no Brasil, a maioria dos registros apresenta nomes cristãos, pois os traficantes portugueses e brasileiros tinham o costume de batizar grande parte das pessoas escravizadas antes ou logo após o desembarque nas Américas. Informações adicionais sobre descrição física, gênero, idade, “nação” e locais para onde essas pessoas foram enviadas após o desembarque são apenas umas das muitas informações registradas sobre cada pessoa e que permitem a compilação de dados biográficos que podem ser correlacionados com informações de outras fontes para a criação do seu perfil dentro do projeto.

Muitos foram os fatores que contribuíram para essa triste estimativa: em costas africanas, os portugueses continuaram o tráfico de escravizados e, no Brasil, muitos funcionários alfandegários cobravam propina para facilitar o contrabando. Denúncias sobre esses esquemas de corrupção eram engavetadas pelo ministro da justiça Bernardo Pereira de Vasconcelos, ele mesmo defensor da continuidade do tráfico de seres humanos (CHALHOUB, 2012, p. 36 e 62-63). E, no senado, uma ala de políticos defendia a revogação da lei 7 de novembro de 1831, isentando de punição todos aqueles que comprassem africanos contrabandeados. Homens como o marquês de Barbacena defendiam que o tráfico deveria ser combatido na costa, e não em terra. Ou seja, uma vez desembarcado o africano, esse não mais poderia

24 Henry B. Lovejoy (dir.), *Liberated Africans*. Disponível em: <http://liberatedafricans.org/>. Acesso em: 8 out. 2021.

ser declarado livre, tão pouco os envolvidos nesse ato ilícito culpabilizados. O projeto de lei do Marquês foi aprovado no senado em 1837, tendo sido depois vetado na câmara dos deputados (CHALHOUN, 2012, p. 72-81).

João Ladislau provavelmente estava ciente desses debates políticos e do *modus operandi* desenvolvido por traficantes de pessoas e autoridades policiais encarregadas de coibir a dita prática. Em razão disso, praticou a compra ilegal de africanos contrabandeados, tomando algumas precauções. A primeira delas foi batizar em uma capela privada, no seu próprio engenho, cujas testemunhas (padrinhos, madrinhas, pároco) eram pessoas próximas a ele, algumas destas escravos dele ou de seus familiares. Para além da descrição da cerimônia de batismo, Ladislau tomou o cuidado de enviar os registros do seu ilícito para uma igreja matriz de Santo Amaro de Ipitanga, que distava um dia inteiro de jornada naquela época. Como se não bastasse, omitiu a nação dos ditos africanos, dificultando ainda mais o cruzamento de dados com navios que estivessem fazendo a rota Bahia-África. João Ladislau era um homem precavido, e é possível que tantos cuidados fossem um pouco exagerados, dado o fato de que contrabandear africanos escravizados na década de 1830 era algo corriqueiro, sobretudo dada a fragilidade para se fazer cumprir a lei. De qualquer sorte, sua condição de político local o colocava em situação de vigília, porquanto seus ilícitos poderiam cair na boca de algum inimigo político que pudesse usar os livros de batismo como prova de contravenção. Essas últimas colocações, contudo, são especulações ao fato do porquê de tanta cautela do senhor Ladislau Figueiredo para esconder a compra ilegal de africanos escravizados.

Os arquivos batismais acessados neste artigo evidenciam os diferentes artifícios utilizados por diversos membros da elite da Bahia para manter a mão de obra de escravizados após a proibição oficial do tráfico de africanos para o Brasil. Pode também ser notado o suporte dado por diversos membros do clero da Igreja Católica e pelos oficiais do Legislativo e Judiciário aos estratagemas dos senhores de escravos para burlar as leis e restrições expedidas pelo Estado. Assim sendo, os senhores de engenho contaram com a conivência dos religiosos para atribuir identificações genéricas aos africanos recém-chegados entre os anos de 1770 e 1871, fato que tornava ainda mais difícil a identificação dos traficantes de escravizados que haviam participado no tráfico ilegal de pessoas do continente africano para o Brasil. Em anos anteriores, contudo, apesar de informar a “nação” dos africanos escravizados, alguns senhores buscaram esconder as evidências do seu ilícito mantendo o registro dos ditos batismo longe dos olhos das autoridades

na capital. Essa constatação foi possível na medida em que diminuimos a escala de observação analítica, por meio do escrutínio de biografias de escravizados que teriam chegado ao Brasil provavelmente entre os anos de 1834 e 1835, período em que, segundo a lei brasileira, deveriam ser considerados homens e mulheres livres. Portanto, a análise metodológica proposta por *Freedom Narratives* dentro da organização seriada de dados de cada participante do ritual batismal possibilitou ampliarmos e diminuirmos a escala de observação. Foi possível produzir análises tanto quantitativas quanto qualitativas do tráfico atlântico de escravizados, bem como uma visão ampla das áreas percorridas tais e experiência de africanos no contexto da escravidão no Brasil e suas conexões parentais, de afeto e ligadas ao seu *status* de escravizado em território baiano.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, K. L. N. *Alforrias em Rio de Contas: Bahia século XIX*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2006.
- CANDIDO, M. Negociantes baianos no porto de Benguela: redes comerciais unindo o Atlântico setecentista. In: GUEDES, R. *África: brasileiros e portugueses – séculos XVI-XIX*. Rio de Janeiro: Mauad, 2013.
- CANDIDO, M. Os agentes não europeus na comunidade mercantil de Bengue, c. 1760-18201. *sÆculum – Revista de História*, João Pessoa, n. 29, p. 97-124, jul./dez. 2013.
- CANDIDO, M. Trans-Atlantic links: the Benguela-Bahia connections, 1700-1850. In: ARAÚJO, A. L. (org.). *Paths of the Atlantic Slave Trade: interactions, identities, and images*. Amherst: Cambria Press, 2011. p. 239-272.
- CHALHOUB, S. *A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- CURTO, J. C.; GERVAIS, R. R. A dinâmica demográfica de Luanda no contexto do tráfico de escravos do Atlântico Sul, 1781-1844. *Topoi*, Rio de Janeiro, 3:4, 85-138, 2002.
- KLEIN, H. The Portuguese Slave Trade: From Angola in the eighteenth Century. *Journal of Economic History*, Cambridge, v. 32, n. 4, 1972.
- KLEIN, L. F.; GOLD, M. K. *Debates in the Digital Humanities 2016*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2016.
- LARA, S. H. Legislação sobre escravos africanos na América portuguesa. In: *Nuevas Aportaciones a la Historia Jurídica de Iberoamerica*. Madrid: Fundación Histórica Tavera-Digibis-Fundación Hernando de Laramendi, 2000 (CD-Rom).

- LARSON, P. M. Horrid Journeying: Narratives of Enslavement and the Global African Diaspora. *Journal of World History*, 19, 4, 2008.
- LIMA, V. M. de. O comércio de escravizados(as) na Bahia na segunda metade do século XIX. *XXIX Simpósio de História Nacional*, Brasília, 2017.
- LOVEJOY, H. B. The Register of Liberated Africans of the Havana Slave Trade Commission: Transcription Methodology and Statistical Analysis. *African Economic History*, 38, 2010.
- LOVEJOY, P. E. Freedom Narratives of Transatlantic Slavery. *Slavery and Abolition*, 32-1, 2011.
- MARCÍLIO, M. L. Dos registros paroquiais à demografia histórica do Brasil. *Anais de História*, Assis/SP, v. 2, p. 81-100, 1971.
- MELEK DELGADO, É.; CHADLA, Kartikay; LOVEJOY, P. E. Freedom Narratives of West Africans from the Era of Slavery. In: LOVEJOY, P. E.; LOVEJOY, H. B.; CHADHA, K.; MELEK DELGADO, E. (ed.). *Regenerated Identities – Documenting African Lives*. Trenton: Africa World Press, 2021.
- MILLER, J. A economia política do tráfico angolano de escravos no século XVIII. In: PANTOJA, S.; SARAIVA, J. F. S. *Angola e Brasil: nas rotas do Atlântico Sul*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- MONOGRAFIAS Municipais: Nordeste/Bahia, Lauro de Freitas. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2017.
- OLIVEIRA, N. de C. G. de. Elites políticas no Império: Bahia, 1828-1834. *Anais do XVII Encontro Estadual de História – ANPUH-PB*, João Pessoa, p. 1032-1045, 2016.
- PARÉS, L. N. *A formação do Candomblé: história e ritual da nação jeje na Bahia*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.
- PELLE, S. Himalaya of Data. *International Journal of Communication*, 8, 2014.
- REGINALDO, L. *Os rosários dos angolas: irmandades negras, experiências escravas e identidades africanas na Bahia setecentista*. Dissertação (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2005.
- SCHWARZ, S. Reconstructing the Life Histories of Liberated Africans: Sierra Leone in the Early Nineteenth Century. *History in Africa*, 39, 2012.
- TRINDADE, P. M. *Do lado de cá da Kalunga: os africanos angolas em Salvador – 1800-1864*. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2008.
- VIEIRA, A. V. *A cidade de Salvador: estrutura econômica, comércio de escravos, grupo mercantil (c. 1750-1800)*. 2009. Tese (Doutorado em História Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2009.

XIMENES, C. F. L. *Joaquim Pereira Marinho: o perfil de um contrabandista de escravos na Bahia, 1828-1887*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia. Salvador, 1999.

VERGER, P. *Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o Golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos dos séculos XVII a XIX*. Tradução: Tasso Gazdanis. São Paulo: Corrupio, 1987.

Sobre as autoras:

Érika Melek Delgado | E-mail: erika.melek@gmail.com

Pós-Doutora no King's College London, Reino Unido. Suas pesquisas e publicações focam em História da África e Infância Africana no Século XVIII e XIX. Investigadora principal do projeto “Historical African Childhood” (Projeto HAC). Diretora do Projeto Freedom Narratives. Anteriormente, ela teve um posto de dois anos como Pós-Doutorado no Instituto Harriet Tubman para Pesquisa sobre a África e suas Diásporas, na Universidade de York, Canadá. Possui o título de PhD em História pela University of Worcester, Reino Unido. Mestrado em História Comparada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Telma Gonçalves Santos | E-mail: telmagonsa@gmail.com

Nascida em Brasília/Distrito Federal, a historiadora e bisneta de escravizados africanos Telma Gonçalves Santos vem se dedicando, nos últimos 10 anos, à pesquisa sobre a participação dos tecidos importados para a compra de africanos centro ocidentais. Em 2020, defendeu sua tese de doutorado intitulada: “Tecidos Europeus e Asiáticos nas Rotas Portuguesas do Tráfico de Escravizados Africanos Centro Ocidentais para a Bahia entre os Anos de 1695-1750”. Um estudo que contribui para o entendimento do papel do continente africano na formação do mundo moderno, sobretudo no que diz respeito ao impacto das demandas dos chefados africanos sobre o sistema de produção têxtil da Inglaterra e demais partes da Europa central. Desde 2000, tem ministrado aulas para alunos da escola pública em Salvador. Em 2019, passou a integrar o time do *Freedom Narratives*.

Nina Maria de Meira Borba | E-mail: ninameiraborba@gmail.com

Graduada em História pela York University, Canadá. Assistente de pesquisa do projeto *Freedom Narratives* desde setembro de 2020. Apaixonada pelos estudos da diáspora africana no Brasil e pela disseminação do conhecimento histórico por meio de projetos inovadores em Humanidades Digitais, continuará seguindo seu caminho acadêmico focando nesses temas como futuro interesse de pesquisa.

Data de submissão: 31 de dezembro de 2021.

Data de aceite: 22 de abril de 2022.